

C R O N O L O G I A

1960

- .Inauguração de Brasília
- .Construção da estrada Belem-Brasília

1964

- .Instituto da terra é criado com o objetivo de fixar o homem à terra. Doutrina de ocupação e colonização da Amazônia como alternativa à reforma agrária, tendo como executores o IBRA e o INDA
- .deq: decreto presidencial (Castelo Branco) anula tentativa do governo tular de criar o monopólio estatal sobre os minérios,abrindo e / incentivando a exploração do sub-solo brasileiro por empresas privadas.

1965

- .deq: criada a SUBAM (Superintendencia do Desenvolvimento da Amazônia)
- .lançamento da política oficial de expansão para a Amazônia pelo Ministro do Interior,gen.Albuquerque Lima: "Integrar para não entregar".
- .deq: presidente Castelo Branco reúne-se com 300 altos funcionários / governamentais e empresários para discutir o futuro da Bacia Amazônica. Ao final anuncia a "Operação Amazonas": investimentos de dois bilhões de dólares em 5 anos, nas áreas de transportes, energia, comunicações e recursos naturais.

1967

- .deq: O governo extingue o S.P.I. (Serviço de Proteção ao Índio, fundado por Rondon, em 1910) e cria a FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

1968

- .deq: gen.Albuquerque Lima (MIRIM) divulga resultados do "Relatório de 1968", com 5.115 páginas em 20 volumes. Este quadro relata / a situação política e econômica dos últimos anos do S.P.I.: corrupção, comércio ilegal de armas, tráfico de drogas, dinamite, motrilhada, etc.

1969

- .deq: o relatório "Situação da Amazônia do Interior" é elaborado pelo IBRA, com o objetivo de fornecer subsídios para a elaboração de planos de desenvolvimento regional. O relatório é dividido em duas partes: a primeira trata da situação geral da Amazônia e a segunda trata da situação de cada um dos estados amazônicos.

o governo anuncia plano para investir 500 milhões de dólares em construção de estradas na Amazônia.

Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, declara: "o índio tem que ficar no mínimo necessário".

1970

.jun: é criado o Plano de Integração Nacional (PIN), com previsão inicial de investimentos da ordem de 200 milhões de cruzeiros para o período de 71_74, a serem aplicados na construção de estradas, projetos de colonização e outros, principalmente na área da Amazônia.

.jun: gen. Bandeira de Melo, ex-oficial do SNI, é nomeado presidente da Funai e anuncia que a política indigenista seria conduzida dentro das diretrizes do PIN.

.é reintroduzida, pela Funai, a renda indígena: fundo estatal formado pela renda auferida na venda dos produtos indígenas e no arrendamento de suas terras.

.jul: é criado o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

.out: começam a ser construídas a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e Manaus Boa Vista.

.out: o presidente Médici anuncia convênio Funai/Sudam para a "pacificação" de quase 30 tribos ao longo do traçado projetado para a Transamazônica. Ao mesmo tempo, apresenta à apreciação do Congresso Nacional o novo projeto do Estatuto do Índio.

.inicia-se o Projeto Radam (Radar Amazônico): um gigantesco esforço para fotografar e mapear a Bacia Amazônica e seus recursos naturais com apoio de técnicos norte-americanos.

1971

.mar: decreto presidencial torna de utilidade pública e põe sobre controle do INCRA as terras devolutas localizadas numa faixa de 100 kms de cada lado da rede de estradas construídas e planejadas na Amazônia Legal, o que equivale a dois milhões e trezentos mil hectares, ou seja 30% da área do país.

.ago: o ministro do interior, Costa Cavalcanti, declara: "O boi deverá ser o grande bandeirante da década".

Igreja

- 1965 - Fim do Concílio do Vaticano II - Atualização, revisão, e auto-crítica da Igreja Católica - aggiornamento.
- 1968 - ag.set. - II Conferencia Geral do Celam em Medellin - A Igreja se afirmou a serviço das camadas menos privilegiadas.
- I Encontro de Pastoral Indígena, em São Paulo, organizado pelo SNAM, (Serviço Nacional de Ação Missionária) órgão da CNBB
A perspectiva era de uma nova política indigenista para as missões.
Preocupação com a formação de futuros missionários e atualização de todos os que trabalham em missão junto aos índios.
- 1970 II Encontro de Estudos sobre Pastoral Indígena - promovido pelo SNAK . O presidente da Funai Queiroz Campos também participou decidiu-se que a pastoral indígena seja elaborada de acordo com as características culturais de cada grupo.
- 1972 abr. III Encontro de Estudos sobre Pastoral Indígena - promovido pela CNBB, em Brasília, na sede do Anthropos do Brasil. São discutidos os projetos do Estatuto do Índio. Criou-se o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) que ficou encarregado da elaboração de um anteprojeto do Estatuto do Índio.
Presidente do Cimi - Pe. Angelo Jayme Venturelli
Ligação oficiosa do Cimi com a CNBB
- 1973 junho - Criação do Secretariado Executivo. Para maior dinamização dos trabalhos do órgão.
ag. Pe. Angelo J. Venturelli renuncia ao cargo de presidente do Cimi e da condição de membro do Cimi. E o pe. José Vicente Cesar assume a presidência.
dez. bispos e missionários católicos divulgam o documento Y Juca Pirama (O Índio, aquele que deve morrer), denunciando a sorte das populações indígenas.
- 1974 I Encontro de Estudos sobre Pastoral Indígena - regional. É o primeiro de uma série de sete encontros que o Cimi vai realizar, em nível regional, até a sua 1ª Assembleia Geral em 75.
Com objetivo de reunir as prelazias vizinhas para regionalizar o trabalho do Cimi.
- 1975 junho - I Assembleia Nacional de Pastoral Indigenista - Goiania
Eleição de D. Tomas Balduino a presidência do Cimi, e do Conselho Linhas de ação: Apoiar em todos os níveis, o direito dos povos indígenas de recuperar e garantir o domínio de suas terras.
.Reconhecer e respeitar as culturas indígenas

defender a auto-determinação dos povos indígenas.

optar como pessoas e como Igreja, por uma encarnação realista e comprometida com a vida dos índios.

Trabalhar numa conscientização sistemática para que a Igreja reflita sobre sua aliança com os poderosos, optando real e eficazmente pelos oprimidos e marginalizados.

1977

nov. II Assembleia Nacional de Pastoral Indigenista -Goiania
Ratificação das linhas de ação da I Assembleia.

nov. Cimi passa a ser órgão anexo à CNBB

Estatuto do Cimi -aprovado pela Comissão Representativa da
CNBB a 23.11.77

São membros do Cimi

- a) todos os bispos e prelaços católicos do Brasil, em cujas Dioceses ou prelaças se situam comunidades indígenas.
- b) os superiores locais e regionais dos missionários que trabalham nas comunidades indígenas;
- c) as pessoas que trabalham de modo estável, ativa e diretamente na Pastoral Indigenista, nas prelaças e dioceses.
- d) Membro da Comissão Episcopal da CNBB (CEP)

Pe. Antonio Iasi se desliga do Cimi, por não concordar com a ane-
xação deste com a CNBB.

Relação entre CIMI e FUNAI

1972 junho - o presidente da Funai reúne-se em sigilo com o Pe. Vicente Cesar (representando o Cimi) para tratar da questão do Estatuto do Índio. Tentando uma conciliação entre o projeto do governo e o ante projeto do Cimi

agosto - O Cimi divulga em Guibá seu ante-projeto do Est. do Índio

1973 dezembro - O presidente Médici sanciona o Estatuto do Índio, lei nº 6001. Entre outros foi vetado o parágrafo que reconhecia às missões religiosas e científicas o direito de prestar serviços de natureza assistencial aos índios.

1974 janeiro - Bispos do Regional Nordeste I da CNBB -divulgam nota criticando o veto presidencial aos direitos das missões religiosas prestarem assistência aos índios.

março - O presidente do Cimi, pe. Jose Vicente Cesar, reconhece que está havendo esforço tanto por parte dos missionários, como da Funai para melhor entrosamento do trabalho de assistência aos índios.

1975 - abril - Seminário Funai-Missões Religiosas - troca de acusações entre os participantes da Funai e integrantes do Cimi.

maio - há uma série de críticas à Funai, pelo Cimi - em algumas áreas indígenas.

junho: o presidente da Funai envia ofício ao presidente do Cimi comunicando a cassação da autorização concedida pelo órgão aos missionários Egidio Schwade e Antonio Iasi

setembro - O delegado do Departamento da Polícia Federal de Cuiabá intimou o secretário executivo do Cimi, pe.Iasi a prestar esclarecimentos sobre declarações feitas por ele, com respeito a problemática indígena, a respeito dos índios Nhambiquara.

1976

março - Cimi propõe à parlamentares que se constitua uma CPI a fim de apurar irregularidades na área da Funai, envolvendo diretamente o DGPI.

março - O presidente da Funai sugeriu que a CPI tenha suas atribuições aumentadas no sentido de investigar também a atuação das missões religiosas e do próprio Cimi.

1977

janeiro - A Funai intervém e dissolve a VII Assembleia de Chefes Indígenas, que se realizava em Roraima. Alegando que não haviam pedido permissão à Funai.

1978

fevereiro - Rangel Reis, ministro do Interior, anuncia que o presidente Geisel, assinará o decreto de emancipação.

O Cimi divulga uma série de notas condenando o projeto de emancipação.

Relação Cimi-Índios

1974

O Cimi em sua linha pela Auto-determinação dos povos indígenas promove a 1ª Assembleia de Chefes Indígenas, em Diamantino (MT) até dezembro de 1978 foram promovidas 12 Assembleias de chefes indígenas.